



Relações de gênero e gravidez na adolescência: vozes de mães e pais adolescentes de escolas públicas

Gender relations and teenage pregnancy: voices of teenage mothers and fathers from public schools

Sandra Regina Rocha de Lima

Mestrado em Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Corumbá, Mato Grosso do Sul – Brasil.

psi.sandrareginarochadelima@gmail.com

Josiane Peres Gonçalves

Doutorado e Pós-Doutorado em Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Naviraí, Mato Grosso do Sul – Brasil.

josiane.peres@ufms.br

Resumo: O estudo objetiva averiguar o que mães e pais adolescentes, matriculados no ensino público de Ladário / MS, têm a dizer sobre a gravidez na adolescência e sobre as relações de gênero que envolvem a maternidade e paternidade. A coleta de dados foi realizada por meio da gravação de entrevistas individualizadas com 3 mães e 2 pais adolescentes, com idade entre 15 e 17 anos, matriculados no ensino público no município de Ladário. Os resultados evidenciam que as relações de gênero se fazem presentes nas questões inerentes à maternidade e paternidade em âmbito escolar, sobretudo devido a divisão de papéis predominantes na sociedade. Dessa forma, em relação ao atendimento das necessidades da criança, predomina a sobrecarga feminina e, assim, muitas mães adolescentes abandonam a escola, enquanto que o pai nem sempre se compromete e/ou assume a responsabilidade de participar ativamente do processo de educação e cuidados do bebê.

Palavras chave: gravidez na adolescência; maternidade; paternidade; relações de gênero.

Abstract: The study aims to find out what teenage mothers and fathers, enrolled in public education in Ladário / MS, have to say about teenage pregnancy and gender relations involving motherhood and fatherhood. Data collection was carried out through the recording of individualized interviews with 3 teenage mothers and 2 fathers, aged between 15 and 17 years old, enrolled in public education in the municipality of Ladário. The results show that gender relations are present in issues related to maternity and paternity in the school environment, mainly due to the division of predominant roles in society. Thus, in relation to meeting the needs of the child, female overload predominates and, therefore, many teenage mothers drop out of school, while the father does not always commit and/or assume responsibility for actively participating in the education and care process. of the baby.

Keywords: teenage pregnancy; maternity; paternity; gender relations.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

LIMA, Sandra Regina Rocha; GONÇALVES, Josiane Peres. Relações de gênero e gravidez na adolescência: vozes de mães e pais adolescentes de escolas públicas. *Dialogia*, São Paulo, n. 45, p. 1-14, e23128, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/45.2023.23488>.

American Psychological Association (APA)

Lima, S. R. R., & Gonçalves, J. P. (2023, maio/ago.). Relações de gênero e gravidez na adolescência: vozes de mães e pais adolescentes de escolas públicas. *Dialogia*, São Paulo, 45, p. 1-14, e23128. <https://doi.org/10.5585/45.2023.23488>

1 Introdução

O presente estudo refere-se às questões inerentes à gravidez na adolescência e relações de gênero segundo a perspectiva de mães e pais adolescentes de escolas públicas de Ladário / MS. A importância de se realizar uma pesquisa com esta temática se justifica porque a gestação na adolescência pode gerar muitos problemas e resultar em impactos, principalmente na vida das meninas.

Sabemos que, como resultado da construção social atribuída ao gênero feminino, a responsabilidade dos cuidados dos filhos geralmente fica sob a responsabilidade da mãe, que tem toda a sua rotina modificada desde a gestação. Já o pai, sendo adolescente ou não, devido ao contexto histórico-social, costuma ficar ausente e deixar as maiores responsabilidades de cuidado e educação dos filhos para a mãe.

Ademais, a maternidade neste período da vida, em que a maioria das gestações não é planejada, pode afastar a adolescente do ambiente escolar, e possivelmente, limitar seu futuro crescimento profissional. E na vida do adolescente que se torna pai, as implicações da paternidade também poderão levá-lo à evasão escolar e a precarização de um futuro profissional, mas em relação ao que é vivenciado pelas adolescentes mães, é menos “sobrecarregado” ao que diz respeito a pressão que a sociedade patriarcal provoca sob o gênero feminino quando o assunto é sobre os cuidados e a criação dos filhos.

Dessa forma, o presente estudo teve o objetivo de averiguar o que mães e pais adolescentes, matriculados no ensino público de Ladário / MS, têm a dizer sobre a gravidez na adolescência e sobre as relações de gênero que envolvem a maternidade e paternidade. A pesquisa foi realizada com um total de 5 estudantes adolescentes, sendo 3 mulheres e 2 homens, que continuavam frequentando o espaço escolar, durante o período da coleta de dados, realizada no segundo semestre do ano de 2019.

O artigo encontra-se assim organizado: primeiramente apresentamos a abordagem teórica sobre a gravidez na adolescência e as relações de gênero, em seguida explicamos como se deu o encaminhamento metodológico, para então apresentarmos os resultados e discussões, e, por fim, as considerações finais, conforme apresentado na sequência.

2 Gravidez na adolescência

O índice mundial de gestação na adolescência, segundo o relatório “Aceleração do progresso para a redução da gravidez na adolescência na América Latina e no Caribe”, realizado por quatro agências vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), informa que está na

média de 46 nascimentos de bebês, a cada mil meninas, entre 15 e 19 anos. Já na América Latina, a estimativa é de 65,5 nascimentos, e do Brasil é 68,4 nascimentos (ONU, 2016). Este documento mostra que existe a possibilidade de um crescimento progressivo de gravidez entre adolescentes menores de 15 anos. A estatística é de que 15% das jovens da região com menos de 20 anos engravidem e que 2 milhões de crianças venham nascer de mães com idade entre 15 e 19 anos.

Segundo o Ministério da Saúde, a taxa de gestação na adolescência no Brasil é alta, com 400 mil casos/ano. Quanto à faixa etária, os dados revelam que em 2014 nasceram 28.244 filhos de meninas entre 10 e 14 anos e 534.364 crianças de mães com idade entre 15 e 19 anos. Esses dados são significativos e requerem medidas urgentes (BRASIL, 2020).

Ademais, os dados mostram a relevância que tem que ser dada a esta problemática, visto que a gravidez na adolescência tem se tornado um problema de saúde pública no Brasil. Meninas se tornando mães sem ter o corpo e mente totalmente preparados para as transformações biológicas, psicológicas e sociais que acompanham esse processo. Meninos sendo pais, também sem ter um aparato biopsicossocial para exercer tal função. E sem contar nos gastos financeiros que são necessários para a criação de uma criança.

De acordo com Kahhale (2001), a gravidez na adolescência pode influenciar os processos de desenvolvimento físico, psicológico e social, podendo causar a evasão escolar dos adolescentes. Sendo assim, se faz necessário verificar como está ocorrendo a transversalidade da educação sexual nas escolas, conforme previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997).

E mesmo com a proposta de transversalidade como orientação educativa, a gravidez precoce apresenta os maiores índices na população de adolescentes em que o ambiente familiar possui a menor renda, resultando em algumas consequências como abandono dos estudos e riscos biológicos que uma gestação precoce pode causar à mãe e ao feto/bebê em desenvolvimento (COTRIM; CARVALHO; GOUVEIA, 2000).

A gravidez na adolescência vem atravessando todas as classes sociais e é um determinante de vulnerabilidade para as adolescentes que engravidam, pois nesta situação elas têm menos oportunidades em relação as outras adolescentes que seguem um trajeto de desenvolvimento considerado mais adequado em nossa cultura, que é estudar e, conseqüentemente, se profissionalizar em alguma atividade. Em suma, “a gravidez precoce impede ou dificulta a adolescente de cumprir seu papel de estudante e de se preparar adequadamente para o ingresso no mundo do trabalho” (BOCK, 2008, p. 200).

Ter filhos no período da adolescência, assim como na fase adulta, demanda responsabilidade, disponibilidade e abdicação de uma parte da vida. E esta transformação de vida pode causar, principalmente nas meninas, consequências negativas tanto no âmbito escolar,

profissional e também transtornos psicológicos por causa da pressão que a sociedade impõe as mulheres por causa da maternidade.

Meneses, Lopes e Magalhães (2008) realizaram uma pesquisa com 60 adolescentes grávidas com o intuito de verificar se existiam transtornos mentais comuns entre elas. Por meio de um questionário específico, para o rastreamento de patologias psiquiátricas-não psicóticas, foi analisado que 60% das participantes da pesquisa possuíam um transtorno mental comum, que está relacionado aos quadros subclínicos de ansiedade, depressão e estresse. Isso chamou a atenção dos autores para o fato de que além dessas adolescentes gestantes terem que passar por esse período de transformações que é a adolescência, que geralmente já é estressante, ainda tinham que agregar mais um fator de estresse para as suas vidas que é estar esperando um bebê.

Estes dados destacam mais uma vez toda a complexidade de ser adolescente e mãe ao mesmo tempo, e de como elas podem se tornar mais suscetíveis aos transtornos psicológicos do que uma adolescente sem filhos. E se olharmos na questão dos gêneros, poderemos observar que ser mãe na adolescência terá mais desdobramentos visíveis na vida das meninas do que na vida dos meninos. Desdobramentos esses, que podem ter consequências que poderão reverberar para toda a vida, tanto pessoal quanto profissional.

Moreira et al. (2010) realizaram uma pesquisa em uma escola com alunas que engravidaram na adolescência. Foi então percebido que as meninas ficaram em defasagem em relação ao nível de escolaridade com a idade, afetando a formação acadêmica e profissional, conseqüentemente podendo causar, futuramente, desemprego ou subemprego. As conclusões do estudo foi de que a família, a escola e os poderes públicos devem assumir a responsabilidade de viabilizar uma real educação sexual para as crianças e adolescentes, promovendo conhecimento sobre o tema com uma linguagem acessível que possa capacitá-los à compreensão, colaborando para uma queda nos índices de gestação na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e abusos sexuais.

Observa-se nos dias atuais que a tríade social “família, escola e estado” encontrara-se em fase de dúvidas sobre quem deve educar para a sexualidade. Diante desse impasse, os adolescentes não obtêm as informações e o apoio necessário para que sejam capazes de aprenderem a vivenciar, com consciência e responsabilidade, a sua sexualidade. Conseqüentemente, diante da omissão da família, escola e sociedade, possivelmente muitas crianças nascerão sem o apoio e os cuidados preconizados para que o ser humano possa ter condições de se desenvolver plenamente na sua totalidade.

Outro aspecto a considerar é que a gravidez na adolescência também está relacionada com as questões de gênero, uma vez que geralmente as meninas e seus familiares é que assumem as maiores responsabilidades, enquanto os meninos nem sempre se responsabilizam pelas funções

paternas. Dessa forma, uma pesquisa realizada por Dias e Aquino (2006) com mães e pais adolescentes em três cidades do Brasil (Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre) constatou que as atividades em relação ao cuidado infantil e as limitações sociais “determinadas” ao gênero feminino constituem o cotidiano da maioria das participantes sendo atribuído ao pai adolescente mais a questão do sustento ao filho. Ou seja, “[...] prevalece, ainda, a lógica de gênero que define o espaço doméstico, sobretudo, o cuidado com a criança, como domínio do feminino e a função de provedor associada ao masculino” (DIAS; AQUINO, 2006, p. 1456).

Ao abordar sobre a gravidez na adolescência, e estabelecer relações com as questões de gênero, Miguel e Gonçalves (2017) apontam que para as meninas a situação é mais complexa e resulta em maiores prejuízos, inclusive escolares, pelo fato de que:

[...] meninos costumam ter menos cobranças em relação ao tornarem-se pais. Eles não têm problemas com a escola, por não ter uma barriga de gestante, que é tão evidente, muitos continuam vivendo da mesma maneira que antes, enquanto que, no caso das meninas, a vida muda completamente. Assim, é possível afirmar que as meninas grávidas são as que mais têm prejuízos psicossociais em relação à maternidade não planejada, e após o nascimento de seus bebês, as dificuldades se intensificam ainda mais, pois elas têm que se dedicar aos cuidados da criança, protelando por um bom tempo os planos para a sua própria vida, inclusive de escolarização (GONÇALVES; MIGUEL, 2021, p. 117).

Essa “determinação social” de papéis que devem ser seguidos pelo gênero feminino e masculino em relação ao nascimento e criação de uma criança traz “pesos” diferentes para ambos os gêneros. E de certo modo, não é difícil de perceber que o gênero feminino assume uma responsabilidade muito maior em relação à criação dos filhos por causa da demanda física que acomete na gestação e posteriormente com o nascimento do bebê e período de amamentação. Para Gonçalves e Miguel (2021, p. 117), “o primeiro desafio da gravidez na adolescência começa com a mudança física da menina, que sente vergonha de seu corpo”. Além disso, “após o parto, o bebê geralmente é criado pela mãe, evidenciando assim as limitações que a jovem mãe terá para continuar os estudos” e, por conseguinte, a sua carreira profissional poderá ser prejudicada.

O problema é que a cobrança do exercício da maternidade é vista como algo natural pela sociedade patriarcal, enquanto que a paternidade surge como um papel secundário, em relação aos cuidados reais com o bebê/criança, e com isso sobrecarrega a mulher. No caso dos pais e das mães adolescentes que frequentam a escola, enquanto eles continuam o seu processo de escolarização sem grandes interferências, as mães são diretamente afetadas pelas novas responsabilidades inerentes à maternidade, acabando por interferir no seu processo de educação escolar.

3 Percorso metodológico

Esta pesquisa foi realizada com 5 estudantes mães e pais adolescentes matriculados na rede pública do município de Ladário-MS. Entre os 5 estudantes, 3 eram mães adolescentes e 2 eram pais adolescentes, sendo que um deles a namorada estava gestante de 5 meses. Foi feito um levantamento, no início da pesquisa, para saber o número total de mães e pais adolescentes, e constatou-se que 19 estudantes (16 mães e 3 pais) estavam matriculados no ano letivo de 2019. Mas a amostra reduzida que participou desta pesquisa, reflete a dificuldade de encontrar o público-alvo no ambiente escolar.

Após as devidas autorizações legais, das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, das escolas da rede pública e dos pais e/ou responsáveis das mães e pais adolescentes, e também com as autorizações dos próprios estudantes aceitando a participação e gravação dos áudios, realizou-se uma entrevista semiestruturada, a partir de um roteiro de perguntas norteadoras sobre os temas investigados. A análise das entrevistas ocorreu após a transcrição das mesmas, e após as categorias estabelecidas, foi realizado a discussão dos dados pautados na perspectiva pós-estruturalista. Os participantes estão identificados no Quadro 1, por nomes iniciados pelas primeiras cinco letras do alfabeto, os quais são fictícios e foram utilizados para preservar as identidades das mães e dos pais adolescentes.

Quadro 1 - Perfil das mães e dos pais adolescentes

Identificação	Sexo	Idade dos adolescentes (anos)	Idade em que se tornaram mãe/pai	Ano escolar matriculados	Idade da criança	Idade do pai ou mãe da criança
ANA	F	16	14	1º ano E.M.	24 meses	17 anos
BIA	F	17	16	9º ano E.F.	12 meses	16 anos
CAROL	F	15	14	9º ano E.F.	7 meses	20 anos
DUDU	M	16	15	8º ano E.F.	12 meses	16 anos
ELTON	M	15	15	8º ano E.F.	5 meses (gestação)	15 anos

Fonte: Autoras (2022).

É possível notar, mediante dados do Quadro 1, que a idade em que os participantes da pesquisa se tornaram mãe ou pai era de 14 a 16 anos. Lembrando que o Elton é o único caso em que o bebê ainda não tinha nascido, mas, para o presente estudo, ele também foi considerado como pai adolescente.

E como estamos tratando de adolescentes que se tornaram/tornarão mães e pais, destacamos a relevância de mostrar neste artigo, um quadro que especifica sobre as responsabilidades pela criança.

Quadro 2 - Responsabilidades em relação à criança.

Identificação	Fica com a criança para a/o adolescente ir à escola	Quem mais ajuda a cuidar da criança	Contribui com o sustento da criança
ANA	Mãe da adolescente	Mãe da adolescente	Pai do bebê e pais da adolescente
BIA	Na creche	Mãe e padrasto da adolescente	Mãe e padrasto da adolescente
CAROL	Mãe da adolescente	Mãe da adolescente	Pai do bebê e mãe da adolescente
DUDU	Mãe do adolescente	Mães dos dois adolescentes	Mães dos dois adolescentes
ELTON	Ainda não decidiu	Serão os dois adolescentes	Pais dos dois adolescentes

Fonte: Autoras (2022).

É possível notar, mediando dados do Quadro 2, como é importante, para as mães e pais adolescentes continuarem frequentando a escola, a rede de apoio proveniente dos seus pais e familiares, especialmente das avós maternas, que também participam da criação e do sustento tanto dos bebês, quanto dos próprios adolescentes.

4 Resultados e discussões

Em geral a gravidez na adolescência não é planejada e muitas famílias passam a vivenciar grandes conflitos ao descobrirem que terão que lidar com essa realidade. Dessa forma, as mães e pais adolescentes entrevistados assim comentaram sobre a comunicação e reação da família ao descobrir a gravidez: “Foi normal, assim..., primeiro falei com a minha mãe e depois com a mãe dela. A mãe dela brigou um pouco” (DUDU); ou “Eles ficaram chateados porque não esperavam isso agora... de mim. E a família dela também se chateou” (ELTON); e ainda, “Minha mãe foi comigo, descobriu primeiro... então a reação dela foi... ela me xingou... e disse ‘Por que você não falou comigo que tinha perdido a virgindade?’ Ela disse que era para eu ter contado para ela” (ANA). A adolescente Carol foi a que mais argumentou, ao recordar que:

Meu pai..., quando a gente sentou para conversar, falou que não queria saber e ficou muito zangado. A minha mãe já aceitou e disse que se me batessem não teria como voltar atrás. Foi uma surpresa para as minhas amigas também, porque a barriga só começou a aparecer com 7 meses (CAROL).

É certo afirmar que a menina quando engravida, ou o menino quando engravida alguém, que muitas mudanças ocorrerão em suas vidas e no núcleo familiar, independentemente da classe econômica e da estrutura da família em que o adolescente vive. A chegada de um bebê durante a fase da adolescência, além de despertar conflitos internos, resulta em conflitos externos para as mães e para os pais, cuja resolução necessitará da intervenção familiar, que geralmente se

responsabiliza pelos custos financeiros antes e depois do nascimento da criança, inclusive os custos financeiros dos próprios adolescentes.

Nesse sentido, Motta et al. (2004) buscaram compreender as vivências de mães adolescentes e suas famílias e, mediante realização de pesquisas, perceberam que seria importante instituir programas de educação para a saúde da família, com a finalidade de favorecer o enfrentamento da vivência da maternidade na adolescência. Esses programas poderiam contribuir para reduzir alguns riscos considerados prejudiciais ao pleno desenvolvimento do bebê e da adolescente, incluindo os fatores biológicos e socioeconômicos. Os autores acreditam que o bom convívio dos membros da família possa contribuir para facilitar a ajuda à mãe adolescente, principalmente porque, com a chegada de um novo membro na família, resulta em mudanças na dinâmica das relações intrafamiliares em todos os aspectos, por isso a importância do fortalecimento dos vínculos intrafamiliares (MOTTA et al., 2004).

Se a pesquisa anterior priorizou as mães adolescentes, um estudo realizado Könzgen Meincke e Carraro (2009) investigou os sentimentos da família do pai adolescente na vivência da paternidade e como o menino que se torna pai durante a adolescência costuma se adaptar à nova fase, buscando exercer e construir o sentimento de paternidade. Nesse processo, destaca-se como relevante a rede social de apoio familiar e também o envolvimento do novo pai em todas as fases da gestação, do nascimento e dos cuidados com a mãe e com o bebê, para então se construir o sentido de paternidade na vida deste adolescente.

O apoio e a interação familiar são relevantes na vida dos pais adolescentes para que os mesmos possam experimentar uma paternidade responsável e também de se aproximar das gerações, viabilizando esforços para as mudanças de papéis – o de ser filho, para tornar-se pai – diminuindo assim os riscos sociais que podem ocorrer com as modificações que acompanham esta nova fase da vida. (CARRARO et al., 2011).

No que se refere aos cinco adolescentes de Ladário / MS, que participaram do presente estudo, a única participante que afirma ter tido a intenção de engravidar ressaltou: “A gravidez foi planejada. Tinha poucos meses de namoro... eu sempre quis ter um filho, mas não conseguia aí, falei com ele e ele quis” (BIA). Esta participante afirmou que desde os 13 anos idealizava a maternidade porque ela via a mãe cuidando dos irmãos e também ajudava a cuidar. Então, ela já imaginava que queria se tornar mãe muito nova e possivelmente este fato contribuiu para a Bia engravidar aos 15 anos. Segundo Dias e Aquino (2006, p. 452), “O desejo da gravidez, apesar da idade, poderá decorrer das poucas oportunidades de realização destes adolescentes que tendem a provir de contextos marcados pela precariedade psicossocial”.

Outro aspecto a considerar é que desde a infância as meninas tendem a romantizar a maternidade enquanto brincam de boneca e a interação constante com esse tipo de brinquedo pode contribuir para que desperte em algumas delas o desejo de se tornarem mães na fase da adolescência, pois como afirma Cruz et al. (2012, p. 9): “A manipulação do brinquedo leva a criança à ação e à representação, a agir e a imaginar, a criar e a reproduzir, ou seja, constroem seu modo de pensar e viver”. Possivelmente, muitas meninas, enquanto brincam, internalizam a ideia de que nasceram para ser mães e donas de casa e, dessa forma, não conseguem avistar outras possibilidades, seja devido ao seu contexto social ou alguma outra motivação interna instituída na sua subjetividade.

Sobre a construção das relações de gênero desde a infância, mediada por brinquedos, Cruz et al (2012), através de uma pesquisa qualitativa de observação-participante com 19 crianças de 3 e 4 anos, de ambos os sexos, constatou que o brinquedo, caracterizado por um objeto que faz parte da constituição subjetiva e também cultural da criança, tem de ser repensado como tem sido utilizado nas instituições pedagógicas infantis, pois pode reproduzir as relações de poder que existe entre os gêneros. Em suma, o brinquedo - querendo ou não - é transpassado pelo processo da construção das relações de poder que acompanha as relações de gênero e, quando o “brinquedo” é delimitado por quem deve brincar e como deve se brincar, ali já começa a se instituir “quem pode” e “quem não pode” brincar com “tal brinquedo”, pois ao “proibir” o menino de brincar de casinha, há a inibição da construção subjetiva do sentimento de paternidade que será, de certo modo, importante quando ele se tornar pai.

Em relação ao desejo de ser na mãe na adolescência, como mencionou a Bia, uma pesquisa realizada por Dadoorian (2003), com 20 adolescentes grávidas em um instituto no Rio de Janeiro, apontou que as causas da gravidez não dizem respeito somente à desinformação de métodos contraceptivos. Outros fatores também podem influenciar, como o fato de a adolescente querer torna-se mãe ou de querer testar a sua feminilidade, por meio da sua capacidade reprodutiva. Ademais, é preciso considerar que “O desejo de ter um filho é um rito de passagem, uma mudança substancial no status: de menina para mulher” (DADOORIAN, 2003, p. 90), ou seja, muitas adolescentes podem entender erroneamente que o filho lhe trará um tipo de emancipação que ela ainda não tem por ser menor de idade.

Cabe ainda acrescentar outro fator que pode influenciar algumas meninas a tornarem-se mães: a carência de relacionamentos afetivos e familiares, que podem desencadear o desejo na adolescente de ter um bebê, o qual será o objeto que, em seu inconsciente, irá reparar essa carência. Segundo Schirò e Koller (2011), o nível de escolaridade também pode interferir nesse processo, pois ao realizarem um estudo com um grupo de adolescentes brasileiras e portuguesas, concluíram

que “A fragilidade do contexto de desenvolvimento, marcado pelo insucesso escolar e pela falta de perspectivas de futuro, foi identificada como um elemento transcultural” (p. 521), que de certo modo, pode ter propiciado o surgimento da gravidez na fase da adolescência. As autoras observaram que não ocorreu diferenças significativas nas falas das participantes brasileiras e portuguesas, uma vez que todas “[...] expressaram esse conflito: a necessidade de assegurar o seu futuro, nomeadamente, a permanência na escola e o cuidado do bebê” (SCHIRÓ; KOLLER, 2011, p. 526).

Ao serem questionados sobre a continuação dos estudos, os cinco participantes da pesquisa afirmaram que pretendem continuar estudando. E sobre o que planejam para o futuro, as respostas foram: “Eu quero fazer uma faculdade de medicina” (ANA); “Planejo fazer uma faculdade para ser policial” (BIA); “Planejo fazer uma prova ou um técnico para poder entrar na Marinha” (CAROL); “Planejo fazer uma faculdade para ser policial” (DUDU); “Pretendo seguir carreira militar” (ELTON). Todos almejam profissões que exigem formação escolar e tal fato é importante para que eles não interrompam o andamento das atividades escolares, mesmo vivenciando a experiência de serem mães e pais adolescentes. Contudo, para que esses estudantes atinjam a esse propósito de se manter na escola, é preciso que eles tenham o apoio da família e também que exista a fiscalização do Estado em relação ao direito à educação.

As intenções dos participantes da pesquisa se assemelham ao que foi identificado em um estudo realizado por Dias et al. (2013), intitulado “Semelhanças e diferenças nos planos para o futuro de adolescentes gestantes e não gestantes”, cujos dados evidenciaram que as adolescentes de ambos os grupos almejam terminar os estudos, realizar um curso técnico ou superior, trabalhar e constituir família. As adolescentes não gestantes conjecturam que terão o apoio da família para realizarem seus planos no futuro e, no caso das gestantes, além de acreditarem no apoio familiar, também esperam o apoio do pai da criança para conseguirem perseverar e então realizar os seus planos futuros. Estes resultados revelam que as mães adolescentes incluem, em suas projeções para o futuro, a dependência do apoio familiar e apoio do pai da criança.

Já um estudo desenvolvido por Santos et al. (2016), em um município de Minas Gerais, onde foram pesquisadas 10 adolescentes mães que eram assistidas nas unidades de Atenção Primária à Saúde (APS), o que chamou a atenção foi que as adolescentes entrevistadas não tinham uma reflexão crítica sobre um projeto para o futuro, pois seus esforços se concentram no enfrentamento imediato dos problemas presentes em suas vidas no momento. Conseqüentemente, esta ausência de perspectiva pode apontar para uma possível “reprodução de padrões de comportamentos sociais vinculados a faixa de renda, nível de escolaridade e gênero” (SANTOS et al., 2016, p. 94). Esta reprodução de padrões comportamentais foi observada em duas das mães

adolescentes de Ladário, a Bia e a Carol, visto que suas mães também tiveram filhos durante a fase da adolescência.

Outro aspecto a considerar é que, em alguns casos, pode ocorrer a reincidência de uma gestação na adolescência, como ocorreu com a Bia que, no período da entrevista, estava gestante de 4 meses do segundo bebê, momento em que ela estava com 17 anos de idade. A participante relatou que, no caso dessa segunda gestação, quando ela comentou com o pai da criança que estava grávida novamente, que teriam o segundo filho juntos, ele simplesmente alegou que não iria assumir, porque o bebê não era dele, e se utilizou desse argumento para terminar o relacionamento. Assim, a Bia permaneceu sozinha, com o desafio de cuidar de dois filhos na fase da adolescência, cuja responsabilidade continuará durante a idade adulta.

5 Considerações finais

Ao visualizarmos a realidade, mediante dados estatísticos no Brasil e outros países, que nos revela como tem aumentado o índice de gestação na adolescência. Sabemos que, a fase da adolescência em si já apresenta muitas complexidades para a vida de uma pessoa e ter filhos, nesse período, de forma planejada ou não, mostra-nos a relevância em propiciar uma rede de apoio, tanto familiar quanto social, para as mães e pais adolescentes. O apoio é importante para que essas meninas e meninos adolescentes possam vivenciar as demandas e responsabilidades que envolvem o nascimento e a criação de uma criança, e também para auxiliá-los na continuidade dos estudos, visando o seu crescimento pessoal e profissional.

Podemos analisar também, a partir desta pesquisa, a interligação que existe nas questões da gravidez na adolescência/maternidade/paternidade com as relações de gênero. Para começar, a vivência da gravidez é mais sobrecarregada para as meninas, pois são elas que geram os bebês e, com isso, as mudanças biológicas e psicológicas, que advém com a gestação e, posteriormente com toda a vivência da maternidade, se difere substancialmente em relação ao que acontece aos futuros pais. Os meninos que se tornam pais biologicamente continuam os mesmos, e ainda podem “omitir” este acontecimento da sociedade, inclusive na escola. Já as meninas não têm essa opção de invisibilidade ou de se “omitir” por muito tempo que terão um bebê, devido as características biológicas provenientes de uma gestação, que deixará a futura mãe muito mais em evidência do que o futuro pai.

A divisão dos papéis de gênero, em relação à maternidade e paternidade, inicia-se desde a descoberta da gestação. E com essa divisão, em muitos casos, os pais adolescentes não têm como vivenciar a paternidade, ao que diz respeito a expressar sua afetividade mediante os cuidados para com o bebê, pois são impedidos devido aos discursos que ecoam pela sociedade patriarcal de que

a mulher cuida das crianças e o homem provê o sustento financeiro. E ainda, com essa divisão de papéis, a sobrecarga relativa aos cuidados com o bebê fica sobre a mãe da criança e a sua família, como ficou evidente, na maioria das respostas das mães adolescentes.

A partir do estudo realizado, evidencia-se que, para que os adolescentes possam ter o direito à uma educação sexual que auxilie no seu desenvolvimento como um todo, englobando a construção de um pensamento crítico que o leve a refletir sobre a responsabilidade dos seus atos advindos de suas escolhas, é necessário que ocorra uma rede de diálogos e debates, que envolvam a família e a escola, em que estes/estas adolescentes estão inseridos, a fim de que, os mesmos possam ter a compreensão e reflexão dos conhecimentos adquiridos sobre sexualidade e gênero. Espera-se que assim os adolescentes possam vivenciar, quando se sentirem confortáveis, a sexualidade de uma maneira que o respeito mútuo prevaleça na relação afetiva/sexual. E se, por acaso, ocorrer a gestação (planejada ou não) espera-se que a construção “desigual” em que as relações de gênero estão envolvidas, há muito tempo, principalmente ao que diz respeito à maternidade e paternidade, possa ser desconstruída, para que o convívio e a criação dos filhos possa ser algo de grande importância para o desenvolvimento pessoal de todos que estão envolvidos nessa dinâmica social.

Referências

BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008, Cap. 13 *Sexualidade*, p. 197-205.

BRASIL. Ministério da Saúde, Biblioteca virtual em saúde. *01 a 08 de agosto Semana Nacional de prevenção à gravidez na adolescência*. Publicado em 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/ultimas-noticias/3123-01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental (Ed.). *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília, 146 p. 1997.

CARRARO, Telma Elisa; KÖNZGEN MEINCKE, Sonia Maria; COLLET, Neusa; TAVARES, Bárbara Cristina; SILVEIRA KEMPFER, Silvana. Conhecimento acerca da família do pai adolescente observado por meio do genograma. *Texto & Contexto Enfermagem*, Santa Catarina, vol. 2, p. 172-177. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072011000500022>.

COTRIM, Beatriz Carlini; CARVALHO, Cynthia Gazal; GOUVEIA, Nelson. Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, n. 6, p.636-645, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000600012>.

CRUZ, Lilian Moreira Cruz. SILVA, Zenilton Gondim. SOUZA, Marcos Lopes de. O brinquedo e a produção do gênero na educação infantil: uma análise pós-estruturalista. *In: II seminário nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos*. 2012. Vitória-ES. *Anais...* Vitória. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/gepss/article/view/3880> Acesso em: 16 mar. 2023.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 84-91, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2022.

DIAS, Acácia Batista. AQUINO, Estela Maria. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1447-1458, jul, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000700009>

GONÇALVES, Josiane Peres; MIGUEL, Gisele Gimenes do Amaral. Gravidez na Adolescência e Conciliação da Maternidade com a Vida Escolar. *Revista FSA*, Teresina PI, v. 18, n. 04, p. 108-127, abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.4.6>

KAHHALE, Edna Maria Peters. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: GONÇALVES, Maria da Graça; BOCK, Ana Maria Mercês; FURTADO, Odair (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 179-191.

KONZGEN MEINCKE, Sonia Maria; CARRARO, Telma Elisa. Vivência da paternidade na adolescência: sentimentos expressos pela família do pai adolescente. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 18, n. 1, p. 83-91, jan./mar. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000100010>

MENESES, Celise. LOPES, Cláudia. MAGALHÃES, Vera Cristina. Transtornos mentais comuns em adolescentes grávidas: um estudo piloto. *Adolescência & Saúde*. v. 5, n. 1, p. 50-55, mar. 2008.

MOREIRA, Rita de Cássia Rocha; COSTA, Jackson Roberto Alves; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; FREITAS, Maria Yaná Guimarães Silva; SOUZA, Ludmilla Oliveira; CARVALHO; Manoela de Assis Silva. Gravidez na adolescência e vida escolar: experiências de alunas de uma escola pública. *Revista de enfermagem UFPE on line*. v. 4, n. 2, p. 524-532, abr./jun., 2010. DOI: <https://doi.org/10.5205/reuol.674-7355-1-LE.0402201011>

MOTTA, Maria da Graça Corso. RIBEIRO, Nair Regina Ritter. PEDRO, Eva Neri Rubim. COELHO, Débora Fernandes. Vivências da mãe adolescente e sua família. *Acta Scientiarum Health Sciences*. Maringá, v. 26, n. 1, p. 249-256, 2004. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v26i1.1701>

ONU, Organização das Nações Unidas. Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe. *Informe de consulta técnica*. Washington, D.C., EE. UU., 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-adolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-americana-e-caribenha/> Acesso em: 10. fev. 2021.

SANTOS, Natiely Lara BorgeS. GUIMARÃES; Denise Alves; GAMA, Carlos Alberto Pelogo da. A percepção de mães adolescentes sobre seu processo de gravidez. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2016, p. 83-96. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/2177-093X-2016-v8-n2\(07\)](http://dx.doi.org/10.20435/2177-093X-2016-v8-n2(07))

SCHIRÒ, Eva Diniz Bensaja dei. KOLLER, Sílvia Helena. Ser adolescente e ser mãe: Investigação da gravidez adolescente em adolescentes brasileiras e portuguesas. *Análise Psicológica*, v. 25, n. 4, p. 521-533, 2011. Disponível em:
https://www.academia.edu/27514043/Ser_adolescente_e_ser_m%C3%A3e_Investiga%C3%A7%C3%A3o_da_gravidez_adolescente_em_adolescentes_brasileiras_e_portuguesas Acesso em: 16 mar. 2023.